“O calar das armas foi a principal conquista da paz”

Silva Candembo e Paulo de Carvalho

Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/ras/383>

DOI: 10.4000/ras.383

ISSN: 2312-5195

Editora

Sociedade Angolana de Sociologia

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2013

Paginação: 123-129

ISSN: 1646-9860

Refêrencia eletrónica

Silva Candembo e Paulo de Carvalho, « “O calar das armas foi a principal conquista da paz” », *Revista Angolana de Sociologia* [Online], 11 | 2013, posto online no dia 09 dezembro 2013, consultado no dia 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/ras/383> ; DOI : 10.4000/ras.383

“O calar das armas foi a principal conquista da paz”

Silva Candembo entrevista Paulo de Carvalho

Fonte: *AngolaSim*, nº _____, pp. 6-10 (Luanda)

Data: Abril de 2013

Figura sobejamente conhecida no meio académico e intelectual angolano, Paulo de Carvalho é alguém incontornável quando o assunto é Sociologia. Sociólogo de formação, docente na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, conferencista, autor, investigador e membro de várias associações profissionais como a International Sociological Association e a World Association for Public Opinion Research, ele é das mais respeitáveis personalidades da vida sociopolítica angolana. Afinal, com oito livros publicados e vários trabalhos de investigação científica, o influente “fazedor de opinião” há muito se alcançou ao pedestal do reconhecimento. Tudo isso, graças ao rigor do seu dedicado labor. Tendo como principais áreas de investigação a exclusão social, pobreza, estratificação social e classes sociais, delinquência e criminalidade, relações étnicas, normas de consumo, normas morais e audiência de media. AngolaSim entendeu entabular uma conversa com ele para avaliar os benefícios da paz de que o país desfruta desde há mais de uma década. De resto, as suas áreas de actividade no ramo da Sociologia têm muito a ver com a paz.

Silva Candembo (S.C.) — Há 11 anos calaram-se as armas, com o que se alcançou a paz. Considera que também já alcançámos a paz social?

Paulo de Carvalho — Antes de pensarmos em qualquer outra coisa, era preciso mesmo calar as armas, o que ocorreu com a assinatura do memorando do Luena, no dia 4 de Abril de 2002. Tinha

antes havido outros acordos, que não foram respeitados. Felizmente, uma das partes capitulou, o que permitiu o final da guerra, somente 27 anos após a proclamação da independência política. Morreu muita gente e não devo estar longe da verdade se disser que cada família alargada angolana sentiu directamente os efeitos da guerra. Calaram-se as armas e era realmente preciso tratar da conciliação e da harmonização dos espíritos e das consciências, que é outro processo longo, que não pode terminar em dez anos. Não é possível pretender-se refazer, em dez ou onze anos, aquilo que foi sendo destruído ao longo de 27 anos — e isto para não referir animosidades que provêm da luta de libertação nacional, que se sabe que havia.

S.C. — Em sua opinião, em que pressupostos assenta efectivamente a paz social?

Paulo de Carvalho — Eu penso que, depois de terminada a guerra, depois de se calarem as armas, era preciso actuar fundamentalmente em duas direcções. A primeira diz respeito àquilo que se convencionou chamar o processo de reconciliação nacional, que tem a ver com a aproximação entre as partes desavindas, um processo que decorre com altos e baixos. O segundo eixo tem a ver com as pessoas, as famílias, as comunidades que sofreram os horrores da guerra e transportam consigo uma série de traumas que ficarão para toda a vida se não foram atenuados.

S.C. — Em sua opinião, quais as principais e mais visíveis conquistas da paz?

Paulo de Carvalho — O calar das armas foi a principal conquista, porque para pensarmos em progresso temos de pensar primeiramente em manter a nossa existência. Isso só é possível sem guerra, sem acção armada, sem permanentes atentados à vida humana. Só depois podemos pensar em várias outras conquistas, como por exemplo termos sentadas à mesma mesa pessoas que antes estavam em trincheiras de guerra opostas. E termos no governo e, até, na chefia das Forças Armadas, pessoas que estavam antes do lado oposto. Esta é uma segunda grande conquista dos angolanos, que nada tem a ver com esta ou aquela parte, mas com Angola e com os angolanos. Só depois podemos falar no verdadeiro boom que a economia angolana atingiu com o final da guerra, que fez já com que muitos angolanos pudessem sair da situação de indigência em que se encontravam. Mesmo não havendo pesquisas que o atestem com dados precisos, posso assegurar que, nos últimos dez anos, boa parte dos angolanos viu aumentar grandemente o seu volume de rendimentos. O poder de compra da moeda vem diminuindo (em Angola e no mundo), mas a verdade é que de 2002 a 2013 o volume médio de rendimentos dos angolanos aumentou, seja em meio urbano, seja em meio rural. E a esperança de vida aumentou de 40 para 51 anos. Mas isso não é tudo. Se formos a localidades distantes como o Virei ou a Matala, por exemplo, notamos grande diferença em termos de infra-estruturas. Muita coisa mudou, houve grande aposta na construção e reparação de estradas, pontes, escolas, hospitais e centros de saúde. Ultimamente, começou-se

também a apostar na habitação. Tudo isso só está a ser possível devido ao termo da guerra, devido a Angola estar a começar a ser um país normal.

S.C. — Recentemente, houve em Angola um evento sobre cultura da Paz. O que acha que os angolanos devem fazer para cultivar a paz?

Paulo de Carvalho — Muita gente pensa que falar na paz é marketing apenas. Está errado. Temos um longo passado de guerra e de resistência, de modo que é preciso evocar esse passado, quanto mais não seja para não voltarmos a ele. Temos de enaltecer a paz, conseguida com muito sacrifício e com sangue de muitos dos nossos irmãos. A guerra em Angola sempre foi fomentada a partir do estrangeiro e tivemos aqui pessoas que alinhavam e que serviam esses interesses estrangeiros. Temos de recordar isso às novas gerações, para que os dados históricos sirvam não só para recuperar a memória social, mas também para não haver regresso a esse passado tenebroso. Vamos, pois, enaltecer a paz e os ganhos e as conquistas que daí advêm para todos nós, angolanos. A memória social deve ser preservada e transmitida às novas gerações.

S.C. — Depois de décadas de guerra, acha que os angolanos estão efectivamente reconciliados? Porquê?

Paulo de Carvalho — Contrariamente ao que alguns políticos dizem ultimamente, em função normalmente do seu próprio interesse e não do interesse nacional, penso que existe elevado grau de reconciliação, sim. Quando as pessoas se sentam à mesma mesa para discutir projectos, quando os partidos políticos têm acção política no parlamento e fora dele, quando os políticos se expressam livremente e vêem publicadas essas suas declarações, sem qualquer tipo de censura, só posso dizer que o processo de reconciliação atingiu um estágio digno de apreço. Mas se me perguntar se não poderia ter chegado mais longe, diria que sim, que era possível e até desejável que tivesse chegado mais longe. Penso que terá havido erros de ambas as partes, que conduziram em vários momentos à interrupção do processo de reconciliação nacional em curso. Temos de estar preparados para ultrapassar os obstáculos que surgem pelo caminho, porque a meta é mesmo a harmonia, é a conciliação, é a convivência pacífica entre todos nós, angolanos. Fomentar divisões e discórdias com base nessas divisões é coisa do passado, que deve por isso permanecer no passado.

S.C. — Em seu entender, que passos devem ser dados para a efectiva reconciliação de todos os angolanos, independentemente da cor política?

Paulo de Carvalho — Antes de mais, como já disse, é preciso que os políticos comecem a colocar em primeiro lugar o interesse nacional. Enquanto isso não acontecer, enquanto estivermos

preocupados com os nossos próprios interesses, não acredito que possamos ir muito mais longe nesse processo de reconciliação nacional. Em segundo lugar, é preciso que os partidos políticos da oposição comecem a fazer o jogo político ao nível do parlamento e da acção governativa, dando aos eleitores elementos que lhes permita julgar e decidir em processos eleitorais. Em terceiro lugar, é preciso depurar os partidos políticos de elementos perniciosos que estão preocupados apenas com os seus próprios bolsos e não com os interesses partidários e o interesse nacional. Por último, é preciso incrementar o espírito de tolerância em relação a diferentes cores partidárias, a diferentes etnias, a diferentes culturas e a diferentes opções ideológicas. Não está certo, por exemplo, que em determinados sectores da juventude se afirme categoricamente que tudo o que o governo faz está mal feito ou que todas as críticas da oposição são justas. Não está certo falarmos contra a guerra, mas em contrapartida virmos com palavras de ordem contra as autoridades eleitas e, até, desejarmos publicamente a morte de várias dessas autoridades, apenas porque nos é cómodo agir assim; só que se isso ocorrer em sentido inverso, ou se os visados se quiserem defender, acusamo-los de ausência de espírito democrático. Dizemos sempre que são os outros que pensam em termos de categorias nós—eles, mas de facto nós próprios também actuamos dessa forma. Uns e outros, temos de colocar de lado as cegueiras e o espírito de vingança, para podermos juntos progredir. Temos de aceitar o outro como ele é, para que o outro também nos aceite como somos. E temos de aprender a respeitar os outros, para que os outros também nos respeitem.

S.C. — Na sua perspectiva, as políticas governamentais visando a reconciliação têm sido suficientemente inclusivas para a consolidação da paz?

Paulo de Carvalho — Acho que muita coisa tem sido feita no sentido na conciliação. Mas temos de reconhecer que ainda há resquícios dos tempos de guerra, que fazem com que haja ainda alguma desconfiança nos dois lados. E, o que é pior, é que se tenta fazer aproveitamento político disso. Utiliza-se o argumento segundo o qual há passos por dar e procura-se utilizar isso como arma de arremesso para o lado contrário. Isso não me parece correcto. Em democracia, quem governa tem de governar lealmente e quem faz oposição tem de o fazer também com lealdade e apresentando soluções alternativas, para ganhar credibilidade junto dos eleitores. Procurar tirar dividendos políticos de erros ou insuficiências no processo de conciliação é o mesmo que pontapear o acordo de paz e demonstrar que o egoísmo do tempo de guerra ainda não terminou. Onze anos depois, não se admite que haja quem tenha atitudes destas, seja de um lado, seja de outro. Temos de saber passar definitivamente para o jogo político e, até, para o confronto político. E temos de saber respeitar a diferença, saber respeitar o outro. Como é possível, por exemplo, que se agridam pessoas apenas por não fazerem parte da nossa caravana que regressa de um comício? E como é possível que haja políticos que fomentam a ideia de que as autoridades devem ser derrubadas, não por via do voto, das urnas, mas por via do golpe? Se queremos estar em democracia, temos de saber respeitar as regras da democracia, pois não podemos pretender jogar xadrez com as regras da sueca, por exemplo.

S.C. — Estando o país em paz com estradas abertas, caminhos de ferro a funcionar, qual é, em sua opinião, a razão que leva as pessoas de todas as partes de Angola a continuarem “entulhadas” em Luanda, uma cidade que não tem infra-estruturas para os cerca de 5 milhões de habitantes que se diz ter?

Paulo de Carvalho — Quando se dizia que, acabada a guerra, as pessoas regressariam às suas áreas de origem, alguns de nós fomos chamando à atenção para a utopia que esse discurso encerra. Então o meu amigo acha que alguém que sai dos confins do Cazenga para a Maianga, anos depois vai aceitar regressar à área de origem, com todo o à-vontade? Ainda que estejamos ensardinhados na Maianga, vamos manter-nos aqui, quanto mais não seja por razões de natureza económica, ou pelo status, pelo prestígio que advém da residência na Maianga. Ao virem para Luanda, as pessoas ascenderam socialmente. Não poderíamos, pois, esperar que a maioria aceitasse com normalidade o retorno, que estaria na maior parte dos casos associado a uma mobilidade descendente na escala social (tanto em termos económicos, quanto em termos de prestígio). Luanda tem é que estar já preparada para albergar 10 milhões habitantes — e daqui a 10 anos, talvez já cerca de 15 milhões. Se não se preparar e se não tiver autoridades devidamente capacitadas, vai continuar a rebentar pelas costuras, até dizer basta.

S.C. — Há alguma coisa que acha que deveria ter sido feita depois de terminada a guerra e não foi?

Paulo de Carvalho — Há, sim. Depois de qualquer guerra, é preciso avaliar os traumas daí resultantes, para que estes possam ser atenuados e as pessoas tenham existência feliz, o mais possível. Houve alguma preocupação com os traumas físicos e sensoriais — não a necessária, mas alguma preocupação terá havido. Mas com os traumas de natureza psicológica quase não houve preocupação. Neste caso, até, não culpo principalmente o governo, mas mais a sociedade civil. Quantas associações se terão criado, para se ocuparem desta matéria tão sensível e que envolve boa parte dos angolanos? O que têm feito nesse sentido as associações de psicólogos? Que eu saiba, nada; apenas um ou dois psicólogos têm feito alguma coisa nesse sentido, individualmente. Pois não está certo. A sociedade tem de se organizar e os profissionais associados têm de saber cumprir o seu papel. Não se trata apenas de “mandar bocas”, mas de programar e implementar acções que visem ultrapassar as muitas deficiências a esse respeito, de modo a resolver este problema, que atinge crianças, jovens e velhos. Já é tarde, é verdade, mas ainda se pode (e se deve) fazer alguma coisa. Há já alguns anos que venho chamando à atenção para isso, sem qualquer efeito. Espero que os colegas psicólogos me escutem.

S.C. — Para si, o que representam os incidentes políticos que acontecem algumas vezes no interior do país, sobretudo durante as campanhas eleitorais e, em Luanda, quando há manifestações anti-governamentais?

Paulo de Carvalho — O que tenho a dizer é que os incidentes que ocorrem um pouco por todo o interior são injustificáveis. E já agora, temos de dizer que, em democracia, quem tem de assumir o ónus por tais incidentes não são os militantes ou simpatizantes deste ou daquele partido político, mas são os responsáveis e dirigentes desse partido. Acontece como no futebol: quando os adeptos de um clube se portam mal, quem é penalizado em primeira instância é o clube; só em caso de necessidade de procedimento criminal, se penalizam os adeptos infractores. Quando começarem a ser penalizados os partidos políticos, deixará de haver problemas. E sobre as manifestações contra o governo, não está certo que existam, pois trata-se de governo legítimo, de governo eleito. Manifestações anti-governo, em sistemas democráticos, é coisa que não faz sentido. Pode, sim, haver manifestações contra políticas governamentais — não contra o governo, mas contra acções ou contra a inacção de um governo. Quanto a estas, que são manifestações legítimas e decorrentes do próprio sistema democrático, que as haja, pois até são benéficas. Agora marchar contra o palácio, difundir pelas redes sociais palavras de ordem contra o governo eleito pela maioria dos cidadãos ou pretender derrubar e matar o Presidente da República, são acções que qualquer governo democrático condena e reprime. Tentem fazer isso nos Estados Unidos ou na França e vão ver o resultado.

S.C. — Onze anos depois, acredita na possibilidade de retorno à guerra? É possível?

Paulo de Carvalho — Não. Acho que não. Aliás, estou convicto de que não haverá retorno à guerra. Ninguém mais está interessado em guerra. Há interesse em chegar ao poder, o que é legítimo para quem esteja em partidos políticos. Os partidos políticos existem para chegar ao poder, para governar ou para fiscalizar ao nível do parlamento. Mas isso que se faça segundo as regras democráticas e não pela força das armas ou pelo apelo à violência e à insurreição (que é exactamente a mesma coisa). As pessoas pensam que uma coisa é pegar em armas e ir para a mata e outra, pegar em catanas e manter as armas escondidas até ao momento M e marchar contra o palácio. Está errado — as duas são a mesmíssima coisa. Há uns tempos atrás, a moda era pegar em armas e contestar os resultados eleitorais com tiroteio. Agora, a moda é dizer impropérios contra os governantes através das redes sociais, fomentando a revolta e a rebelião. É tudo uma questão de moda, mas o objectivo é exactamente o mesmo, não estejamos de olhos vendados. Pois acho que não ocorrerá nem uma coisa, nem outra. Os angolanos estão devidamente preparados para que não haja mais derramamento de sangue, seja de uma forma, seja de outra. Isso só pode interessar a algumas potências estrangeiras — não a Angola, não aos angolanos.

S.C. — Mas há quem fomente esse tipo de opção...

Paulo de Carvalho — Sim. A dúzia e meia de jovens (muitos deles a partir do “bem bom”, lá de fora) que vai alimentando nas redes sociais o desejo de vingança contra os governantes,

apenas porque ganharam eleições, tem a convivência de alguns políticos. Deveríamos aí colocar aspas, pois não são realmente políticos preparados para um sistema democrático. Como sabem que não chegarão tão cedo ao poder pelas urnas, preferem esta actuação sub-reptícia, a ver se conseguem lá chegar através da violência. Pois não acredito que consigam, porque muitos dos cidadãos já se aperceberam desse tipo de actuação. São políticos que acusam o governo de ditatorial, sem razão, mas são de facto essas pessoas que fomentam este tipo de tentativa de atentado à democracia. Agora pergunto: se essas mesmas pessoas estivessem no poder, iriam aceitar com normalidade este tipo de actuação contra si? Não tenhamos ilusões.

S.C. — A terminar, gostaria que nos dissesse qual é o papel da oposição num sistema democrático.

Paulo de Carvalho — A oposição é uma parte importante do sistema democrático. Mas para isso tem de ter consciência desse seu papel, para o utilizar em seu próprio benefício sem ferir as regras do sistema democrático. Como é que isso se faz? Faz-se chamando à atenção para erros de governação que se cometam ou para a necessidade de correcção de políticas públicas. Com que objectivo isso se faz? Faz-se com o objectivo de os cidadãos conhecerem quem está na oposição e saberem o que essas pessoas fariam se estivessem no poder. Com esta actuação, a democracia lucra triplamente: primeiro, porque se utilizam as ideias e argumentos de todas as forças políticas existentes; segundo, porque os cidadãos lucram devido ao benefício que daí retiram; terceiro, porque lucram todos os envolvidos no jogo político. A oposição política angolana tem estado distraída, com questiúnculas e até fomentando atentados ao sistema democrático, ao invés de aceitar realmente o jogo democrático e cumprir o importante papel que lhe está reservado nesse tabuleiro. A todas as forças políticas (oposição incluída) cabe manter a paz e a harmonia.